

WALBER DE MOURA AGRA

COMENTÁRIOS SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

2ª edição

Área específica da obra

Direito Administrativo/Constitucional

Áreas afins do livro

Direito Constitucional, Direito Econômico, Processo Civil, Direito Administrativo, Direito Financeiro, Direito Municipal

Público-alvo/consumidores da obra

Todos os operadores do Direito. Estudantes e profissionais

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001626

WALBER DE MOURA AGRA

COMENTÁRIOS SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

2ª EDIÇÃO

FORUM

Finalmente, depois desses percursos pragmáticos, para uma melhor sistematização do trabalho, tenta-se chegar às conclusões aferidas: O Brasil se encontra em uma época de alvoroço jacobino sem limites, impulsionado por exacerbações moralistas, que faz com que o terror de processos kafkianos seja encarado como a única forma de encontrar a virtude republicana, no que marca um retorno – consciente ou inconsciente – a Robespierre. Dessa forma, atitudes como essas fazem com que garantias constitucionais, como a ampla defesa, o contraditório, a imparcialidade e o devido processo legal, sejam relegadas frontalmente.

Em verdade, o escopo do trabalho é modesto, apenas tenta perscrutar os parâmetros jurídicos que norteiam o instituto da improbidade e aplicá-los aos casos analisados. Parte-se da premissa de que a lei deve ser o espaço em que as narrativas devem ser construídas, evitando-se a impunidade e a exacerbação de reprimendas sem amparo legal.

Infelizmente, chega-se à triste constatação de que nos tempos atuais ser pós-moderno é defender a legalidade, conceito básico do nascimento do Estado Moderno.

A277c Agra, Walber de Moura

Comentários sobre a Lei de Improbidade Administrativa / Walber de Moura Agra.
2. ed.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

384p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0685-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Econômico. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Comentários sobre a Lei de Improbidade Administrativa*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 384p. ISBN 978-85-450-0685-5.

Walber de Moura Agra

Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE e pela Università degli Studi di Firenze. Pós-Doutor pela Université Montesquieu Bordeaux. Professor da Universidade Federal do Estado de Pernambuco. Professor Visitante da Università degli Studi di Lecce. Membro do Conselho Científico do Doutorado de Universidade de Lecce. Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC IV. Membro Correspondente do Cerdradi – Centre d'Études Et de Recherches sur lês Droit Africains et sur Le Développement Institutionnel des Pays em Développement. Procurador do Estado de Pernambuco. Ex-membro da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB. Ex-Vice Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Advogado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA	15
1.1 Princípios. Aspectos gerais	15
1.2 Princípio da legalidade.....	20
1.2.1 A lei como fundamento de validade dos atos estatais.....	23
1.3 Princípio da proporcionalidade	25
1.3.1 A proporcionalidade <i>versus</i> razoabilidade e o entendimento do Supremo Tribunal Federal	31
1.3.2 A proporcionalidade e o combate à improbidade.....	35
1.4 Princípio da moralidade administrativa	38
1.4.1 Previsão normativa	42
1.4.2 A moralidade e os elementos do ato administrativo	45
1.4.3 A moralidade administrativa na jurisprudência pátria.....	46
CAPÍTULO 2	
CONCEITUAÇÕES E NORMAS CONTRA A IMPROBIDADE.....	49
2.1 A defesa do patrimônio público como um interesse difuso	49
2.1.1 Delineamentos da probidade	54
2.1.2 Tentativa de conceituação de improbidade.....	56
2.1.3 Conceituação de improbidade administrativa	58
2.2 Antecedentes legislativos da improbidade administrativa.....	60
CAPÍTULO 3	
CONTROLE REPRESSIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	65
3.1 Formas de controle.....	65
3.1.1 Do controle legislativo.....	66
3.1.2 Do controle administrativo.....	69
3.1.3 Do controle jurisdicional	70
CAPÍTULO 4	
SUJEITOS DOS ATOS DE IMPROBIDADE	75
4.1 Sujeitos passivos.....	75
4.2 Sujeitos ativos	82
4.2.1 Agentes políticos como sujeitos ativos de improbidade	86
4.3 Terceiros.....	89
CAPÍTULO 5	
DOS ATOS DE IMPROBIDADE	93
5.1 Atos administrativos e o poder discricionário	93
5.1.1 Abuso de poder e suas especificações.....	95
5.2 Enriquecimento ilícito.....	96
5.2.1 Hipóteses de enriquecimento ilícito	102
5.2.2 Lavagem de dinheiro	108
5.3 Prejuízo ao Erário	110
5.3.1 Amplitude da noção de atos lesivos ao patrimônio público	110
5.3.2 Hipóteses de prejuízo ao Erário	114
5.3.3 Comprovação do elemento subjetivo	120
5.3.4 Necessidade da efetiva ocorrência de dano.....	122
5.4 Violação aos princípios da Administração Pública	126
5.4.1 Princípios constitucionais e os conteúdos indeterminados	126

5.4.2	Hipóteses de violação aos princípios da Administração Pública	131
5.4.3	Necessidade de elementos mínimos para sua contextualização.....	134
5.5	Elemento subjetivo nos atos de improbidade.....	136
5.6	Atos legislativos de improbidade	139
5.6.1	A imunidade parlamentar	140
5.7	Atos jurisdicionais de improbidade.....	142
5.8	Ato de improbidade pelo parecerista e contratação de escritório sem licitação	143

CAPÍTULO 6

DAS SANÇÕES.....		145
6.1	Possibilidade de aplicação isolada das sanções cominadas	145
6.2	Natureza jurídica das sanções	148
6.2.1	Atos de improbidade e crimes de responsabilidade	150
6.3	Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.....	151
6.4	Ressarcimento integral do dano.....	154
6.4.1	O dever jurídico de não causar dano a outrem.....	154
6.4.2	Dano moral na improbidade administrativa	156
6.4.3	Parcelas que integrarão o montante a ser ressarcido	158
6.5	Casos de perda da função pública	160
6.6	Suspensão dos direitos políticos	169
6.7	Multa civil.....	173
6.8	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta, indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	178
6.9	Independência e comunicabilidade entre as instâncias penal, civil e administrativa.....	183
6.10	Individualização e dosimetria das sanções	188

CAPÍTULO 7

EFEITOS ESPECÍFICOS DA CONDENAÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE.....		193
7.1	Prescrição.....	193
7.1.1	Ação e pretensão	193
7.1.2	Prescrição aquisitiva e prescrição extintiva	199
7.1.3	Impedimento, suspensão e interrupção.....	200
7.1.4	Renúncia à prescrição e prescrição <i>ex officio</i>	204
7.1.5	Legitimação para arguir a prescrição	206
7.1.6	Alterabilidade de prazos	208
7.1.7	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao Erário.....	208
7.2	Decadência	209
7.3	Distinção entre prescrição e decadência segundo a doutrina clássica	213

CAPÍTULO 8

O MOMENTO INVESTIGATIVO. O INQUÉRITO CIVIL		217
8.1	Natureza jurídica e origem do inquérito civil.....	217
8.2	Finalidade.....	224
8.3	Instrumento de investigação da improbidade administrativa	225
8.4	O princípio da obrigatoriedade: conteúdo e sentido	230
8.5	Instauração do inquérito civil.....	233
8.5.1	Delação anônima	236
8.6	O alcance dos poderes de investigação e o seu sigilo	239
8.7	Valor probatório	243
8.8	Vícios do inquérito civil e seus reflexos na ação civil pública	245
8.9	Encerramento, arquivamento, trancamento e desarquivamento das investigações	246
8.10	Termo de ajustamento de conduta e recomendações na seara da improbidade administrativa	248
8.11	Atos de improbidade administrativa de “menor potencial ofensivo”	254

CAPÍTULO 9

ASPECTOS PROCESSUAIS.....		259
9.1	Ação civil pública: hipótese de cabimento	259
9.2	O princípio da obrigatoriedade.....	264
9.3	Controle incidental de constitucionalidade.....	268
9.4	Ação civil pública e ação popular no campo da improbidade	272
9.5	Legitimação ativa <i>ad causam</i>	281
9.6	Legitimação passiva <i>ad causam</i>	286
9.7	Competência	288
9.8	Atribuição do órgão do Ministério Público	291
9.9	O pedido	293

9.10	Aspectos gerais do procedimento.....	296
9.10.1	Imputação e defesa prévia.....	300
9.10.2	Juízo de admissibilidade da petição inicial.....	305
9.11	Publicidade dos atos processuais e direito à informação.....	307
9.12	Confissão judicial e extrajudicial e revelia.....	310
9.13	Produção probatória.....	313
9.14	Medidas de tutela de urgência.....	316
9.14.1	Possibilidade de decretação de tutela de urgência <i>inaudita altera pars?</i>	319
9.14.2	Prazo para o ajuizamento da ação principal.....	321
9.14.3	Afastamento do agente público.....	324
9.14.4	Tutelas de urgência patrimoniais.....	330
9.14.4.1	Indisponibilidade de bens.....	333
9.14.4.2	Sequestro.....	337
9.14.4.3	Medidas cautelares atípicas.....	339
9.15	Suspensão de liminares e sentenças.....	339
9.16	Antecipação dos efeitos da tutela de urgência.....	341
9.16.1	Cabimento da tutela de urgência na ação civil de improbidade.....	343
9.17	Requisitos da sentença na ação civil de improbidade administrativa.....	346
9.17.1	Sucumbência e litigância de má-fé.....	350
9.18	Coisa julgada.....	351
9.18.1	Coisa julgada nas demandas coletivas.....	354
9.18.2	Consequências na ação civil de improbidade e ação popular.....	359
	REFERÊNCIAS.....	363